



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

19/02/2017

INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. DECISÕES.....	1
1.2. PRESIDÊNCIA.....	2
1.3. VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS.....	3 - 4
2. JORNAL CORREIO POPULAR	
2.1. VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS.....	5 - 6
3. JORNAL O IMPARCIAL	
3.1. COMARCAS.....	7
4. JORNAL PEQUENO	
4.1. DECISÕES.....	8
4.2. DESEMBARGADOR.....	9 - 11
4.3. RÁDIO WEB JUSTIÇA.....	12

CEMAR ESCLARECE SOBRE NOTÍCIA DO TJ-MA NO CASO DA OI

Considerando a repercussão da notícia divulgada dia 13 de fevereiro por diversos veículos de imprensa no estado do Maranhão, a Cemar vem a público esclarecer da forma que segue:

Como concessionária do serviço público federal de distribuição de energia elétrica, a Cemar detém a obrigação de compartilhar a sua infraestrutura de postes com as prestadoras de serviços de telecomunicações (telefonia, TV à cabo e dados/fibra ótica), dever este imposto pela Lei Geral de Telecomunicações.

No caso da OI/TELEMAR, a Cemar, há anos, vem tentando a renovação do vínculo contratual referente a este compartilhamento, no entanto, sem sucesso nesta negociação, pois esta operadora se recusa a arcar com os custos inerentes a este compartilhamento.

Não havendo alternativa, a Cemar buscou a via judicial para garantir o seu direito ao recebimento da devida contraprestação, nos termos da lei, e conforme praticado em todo o território nacional, em especial com outras operadoras no Estado do Maranhão.

Em vista desta inadimplência e com a finalidade de preservar a qualidade do serviço público concedido à Cemar, não houve alternativa, senão realizar o depósito judicial dos valores e respectiva compensação de débitos e créditos mútuos com a OI, na forma prevista em lei, assim como ressalvar os demais direitos desta concessionária em decorrência da ocupação dos postes que permanece sendo realizada pela OI.

Por fim, cabe destacar que a decisão unânime do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão vem confirmar a legalidade do procedimento adotado pela Cemar e, em vista disto, a impossibilidade de suspensão

Caravana das prerrogativas promove extensa agenda positiva em prol da advocacia maranhense

Em seu segundo dia de atividades pelo Maranhão, em São Luís, a Caravana das Prerrogativas do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, na pessoa de seu presidente Cláudio Lamachia, do presidente da Seccional Maranhense da Ordem, Thiago Diaz, do procurador nacional de Defesa das Prerrogativas, Charles Dias, e demais integrantes promoveu uma extensa agenda em defesa dos direitos dos advogados maranhenses.

No início da manhã, houve uma sessão de desagravo no Hotel Luzeiros de São Luís, onde aconteceu também uma solenidade de compromisso de mais de 170 novos advogados. Em seguida, a comitiva da Caravana das Prerrogativas, já com a presença do presidente do CFOAB, Cláudio Lamachia, esteve no Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) dialogando com o desembargador Cleones Cunhas. Com o objetivo de dar maior celeridade aos processos jurisdicionais, foram solicitadas providências em relação à demora dos julgamentos da Turma Recursal de São

Luís, que tem sido motivo de grande cobrança por parte dos advogados. Na oportunidade, a OAB apresentou reclamações sobre a ausência dos juízes nas comarcas durante toda a semana, como os casos das cidades de São Mateus e Bacabal, a questão do valor do dano moral estipulado por alguns magistrados e o não atendimento dos advogados por juízes no interior do Estado.

Para o presidente da OAB, Thiago Diaz, foi mais uma visita que fizemos ao poder judiciário para reforçar o bom relacionamento entre as instituições. “Apresentamos ao presidente do Tribunal de Justiça demandas que têm atrapalhado a celeridade na prestação jurisdicional do Estado e que prejudicam o trabalho da advocacia. Tivemos uma boa receptividade por parte desembargador Cleones Cunha em relação a tais pleitos, o que fortalece o bom relacionamento entre a OAB e o poder judiciário”, disse.

Após os requerimentos apresentados pela OAB, o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), desembargador Cleones Cunha,

determinou imediatamente a todos os juízes, por meio de ofício, que recebam advogados sem restrições. Também por ofício circular, cobrou a presença dos juízes na comarca durante toda a semana e, por fim, cobrou respeito dos magistrados à tabela da OAB quanto aos honorários da advocacia dativa. A comitiva do CFOAB foi informada ainda que a comarca de Açailândia já pode contar com a nomeação de um novo magistrado.

Visita ao TCE-MA

À tarde, a Caravana das Prerrogativas esteve na sede do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão (TCEMA), em visita ao presidente, conselheiro Caldas Furtado, onde foram apresentadas pautas de interesse dos advogados que atuam no tribunal como: que seja possibilitado aos advogados vistas e cópias de processos em trâmite perante o Tribunal, independentemente de qualquer autorização prévia e de forma simplificada como acontece nos demais Tribunais; a digitalização completa de todos os processos em trâmite na Corte de Contas do Maranhão;

também a questão da adoção dos prazos corridos pelo TCE; e para que seja observado o período de férias dos advogados, determinando-se a suspensão dos prazos processuais e das publicações durante este período. Para o presidente do TCE, são demandas relevantes e que podem ser atendidas perfeitamente. Ele destacou ainda que na nova sede do Tribunal os advogados poderão contar com um espaço para melhor realizarem os seus trabalhos.

Visita ao Governador

No final da tarde, o presidente do CFOAB, Cláudio Lamachia, juntamente com o presidente da Seccional Maranhense, Thiago Diaz, acompanhado do Conselheiro Federal Luís Augusto Guterres e do Conselheiro Estadual, Gustavo Mamede, o Governador do Maranhão Flávio Dino no Palácio dos Leões, onde apresentaram dois pleitos que buscam a valorização da advocacia maranhense: o pagamento dos advogados dativos e também o encaminhamento da proposta de piso salarial da advocacia para a Assembleia Legislativa.

Plano Estadual de Políticas de Inclusão da Pessoa com Deficiência é discutido ³

TJMA e Governo do Estado premiam alunos e professores por trabalhos de sustentabilidade

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), por meio da Vara de Interesses Difusos e Coletivos, e o Governo do Estado do Maranhão, por meio da Secretaria de Educação (Seduc), entregaram R\$ 38,5 mil em prêmios para estudantes, professores e gestores de escolas públicas estaduais e municipais, vencedores do Concurso Escolas Sustentáveis, que selecionou textos e projetos de sustentabilidade socioambiental.

A solenidade de entrega aconteceu no Fórum Desembargador Sarney Costa, com a presença do governador do Estado, Flávio Dino; do presidente do TJMA, desembargador Cleones Cunha; da corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz; do juiz titular da Vara de Interesses Difusos, Douglas de Melo Martins; do procurador geral da Justiça, Luiz Gonzaga Martins; dos secretários estadual e municipal de Educação, Felipe Camarão e Moacir Feitosa; do diretor do Fórum de São Luís, juiz Sebastião Bonfim; do presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), juiz Ângelo Antonio dos Santos, entre outros.

Ao todo, foram premiados 33 trabalhos entre os quase 500 inscritos, sendo 11 alunos na categoria Textos (poema e dissertação), 11 escolas e 11 coordenadores na categoria Projetos, oriundos de escolas dos municípios de Água Doce do Maranhão,

São Luís, Balsas, Pio XII, Colinas, Santa Helena, Imperatriz, Caxias, Grajaú, Bacabal, Centro Novo do Maranhão, Timon e Maracáçumé.

O juiz titular da Vara de Interesses Difusos, Douglas de Melo Martins, disse que a parceria entre a Seduc e o Judiciário também é resultado do trabalho das várias instituições que atuam na defesa do meio ambiente ecologicamente equilibrado. Ele ressaltou o protagonismo dos estudantes, gestores e professores no concurso Escolas Sustentáveis, por meio da força transformadora de seus trabalhos e projetos, que servirão como bons exemplos para a educação ambiental no estado. “Observamos que não são apenas decisões judiciais que atuam para evitar danos ao meio ambiente”, avaliou.

O secretário estadual de Educação, Felipe Camarão, ressaltou que a premiação dos projetos também contribui com o trabalho escolar de formar a consciência social cidadã com temas transversais, saindo da sala de aula e ocupando as escolas e as cidades. “Estes estudantes inspiram a grandeza nos outros, na consciência cívica de se tornarem grandes cidadãos e cidadãs”, declarou.

ESCOLAS SUSTENTÁVEIS - A parceria entre a Seduc e a Vara de Interesses Difusos e Coletivos do Termo Judiciário de São Luís - Comarca da Ilha, teve o objetivo

de estimular ações e projetos que favoreçam a transformação do ambiente escolar, visando à sustentabilidade socioambiental.

Na modalidade produção textual, envolveu as categorias poema – para alunos do Ensino Fundamental-, e texto dissertativo-argumentativo, para alunos do Ensino Médio. Cada escola pôde inscrever mais de um projeto por meio de um coordenador. Já para os alunos, cada um pôde inscrever apenas um texto.

Os selecionados foram premiados com R\$ 2 mil para cada gestor da escola onde o projeto foi desenvolvido, R\$ 1 mil para o professor/coordenador de cada projeto e R\$ 500,00 para cada estudante autor de textos vencedores do concurso.

A estudante Aline Portela, da escola Neide Costa, do município de Água Doce foi selecionada com um texto dissertativo sobre sustentabilidade. Ela escreveu sobre os principais hábitos que afetam a qualidade do meio ambiente no dia a dia, ressaltando a importância da união de todos no combate desses problemas para a preservação dos recursos naturais. “As escolas precisam estimular a consciência ambiental nos alunos, para que atuem de forma sustentável dentro e fora das escolas”, opinou.

O professor Janio Rocha e a gestora Conceição Gois, da escola CE Dr. Otávio Vieira,

no município de Chapadinha, também foram premiados pelo projeto “Cores Com Vida”, que integra atividades de caráter ambiental e socio-cultural, estimulando tanto a consciência ecológica quanto o respeito às diferenças e à diversidade étnica, racial e sexual. “O projeto realiza várias atividades dentro e fora da escola, que trabalha desde a preservação do patrimônio, a coleta de lixo, até a consciência cidadã, estimulando os alunos a tornarem-se multiplicadores dessa consciência”, informaram.

Em sua fala, o governador Flávio Dino destacou a importância da água para a sobrevivência de todos e a luta para garantir a limpeza de rios e mares, ressaltando que trabalhos desse tipo que transcendem a sala de aula também contribuem para a educação formal. “Esse trabalho tem grande valor para a educação, por isso esperamos que estes alunos continuem com essa atitude consciente”, avaliou.

O presidente do TJ, desembargador Cleones Cunha, também elogiou a consciência social dos estudantes, professores e gestores, por se preocuparem com o Planeta Terra, que é a casa comum de todos os seres e de cuja preservação depende a sobrevivência das próximas gerações. “Estes alunos terão grande futuro se continuarem neste caminho que demonstram hoje”, frisou.

TJMA e Governo do Estado premiam alunos e professores por trabalhos de sustentabilidade

Ao todo, foram premiados 33 trabalhos entre os quase 500 inscritos



Na tarde da quinta-feira (16), o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), por meio da Vara de Interesses Difusos e Coletivos, e o Governo do Estado do Maranhão, por meio da Secretaria de Educação (Seduc), entregaram R\$ 38,5 mil em prêmios para estudantes, professores e gestores de escolas públicas estaduais e municipais, vencedores do Concurso Escolas Sustentáveis, que selecionou textos e projetos de sustentabilidade socioambiental.

A solenidade de entrega aconteceu no Fórum Desembargador Sarney Costa, com a presença do governador do Estado, Flávio Dino; do presidente do TJMA, desembargador Cleones Cunha; da corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz; do juiz titular da Vara de Interesses Difusos, Douglas de Melo Martins; do procurador geral da Justiça, Luiz Gonzaga Martins; dos secretários estadual e municipal de Educação, Felipe Camarão e Moacir Feitosa; do diretor do Fórum de

São Luís, juiz Sebastião Bonfim; do presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), juiz Ângelo Antonio dos Santos, entre outros.

Ao todo, foram premiados 33 trabalhos entre os quase 500 inscritos, sendo 11 alunos na categoria Textos (poema e dissertação), 11 escolas e 11 coordenadores na categoria Projetos, oriundos de escolas dos municípios de Água Doce do Maranhão, São Luís, Balsas, Pio XII, Colinas, Santa Helena, Imperatriz, Caxias, Grajaú, Bacabal, Centro Novo do Maranhão, Timon e Maracáçumé.

O juiz titular da Vara de Interesses Difusos, Douglas de Melo Martins, disse que a parceria entre a Seduc e o Judiciário também é resultado do trabalho das várias instituições que atuam na defesa do meio ambiente ecologicamente equilibrado. Ele ressaltou o protagonismo dos estudantes, gestores e professores no concurso Escolas Sustentáveis, por meio da força transformadora de seus trabalhos e projetos,

que servirão como bons exemplos para a educação ambiental no estado. "Observamos que não são apenas decisões judiciais que atuam para evitar danos ao meio ambiente", avaliou.

O secretário estadual de Educação, Felipe Camarão, ressaltou que a premiação dos projetos também contribui com o trabalho escolar de formar a consciência social cidadã com temas transversais, saindo da sala de aula e ocupando as escolas e as cidades. "Estes estudantes inspiram a grandeza nos outros, na consciência cívica de se tornarem grandes cidadãos e cidadãs", declarou.

ESCOLAS SUSTENTÁVEIS - A parceria entre a Seduc e a Vara de Interesses Difusos e Coletivos do Termo Judiciário de São Luís - Comarca da Ilha, teve o objetivo de estimular ações e projetos que favoreçam a transformação do ambiente escolar, visando à sustentabilidade socioambiental.

Na modalidade produção textual, envolveu as categorias poema – para alunos do Ensino Fundamental-, e texto dissertativo-argumentativo, para alunos do Ensino Médio. Cada escola pôde inscrever mais de um projeto por meio de um coordenador. Já para os alunos, cada um pôde inscrever apenas um texto.

Os selecionados foram premiados com R\$ 2 mil para cada gestor da escola onde o projeto foi desenvolvido, R\$ 1 mil para o professor/coordenador de cada projeto e R\$ 500,00 para cada estudante autor de textos vencedores do concurso.

A estudante Aline Portela, da escola Neide Costa, do município de Água Doce foi selecionada com um texto dissertativo sobre sustentabilidade. Ela escreveu sobre os principais hábitos que afetam a qualidade do meio ambiente no dia a dia, ressaltando a importância da união de todos no combate desses problemas para a preservação dos recursos naturais. "As escolas precisam estimular a consciência ambiental nos alunos, para que atuem de forma sus-

tentável dentro e fora das escolas", opinou.

O professor Janio Rocha e a gestora Conceição Gois, da escola CE Dr. Otávio Vieira, no município de Chapadinha, também foram premiados pelo projeto "Cores Com Vida", que integra atividades de caráter ambiental e sociocultural, estimulando tanto a consciência ecológica quanto o respeito às diferenças e à diversidade étnica, racial e sexual. "O projeto realiza várias atividades dentro e fora da escola, que trabalha desde a preservação do patrimônio, a coleta de lixo, até a consciência cidadã, estimulando os alunos a tornarem-se multiplicadores dessa consciência", informaram.

Em sua fala, o governador Flávio Dino destacou a importância da água para a sobrevivência de todos e a luta para garantir a limpeza de rios e mares, ressaltando que trabalhos desse tipo que transcendem a sala de aula também contribuem para a educação formal. "Esse trabalho tem grande valor para a educação, por isso esperamos que estes alunos continuem com essa atitude consciente", avaliou.

O presidente do TJ, desembargador Cleones Cunha, também elogiou a consciência social dos estudantes, professores e gestores, por se preocuparem com o Planeta Terra, que é a casa comum de todos os seres e de cuja preservação depende a sobrevivência das próximas gerações. "Estes alunos terão grande futuro se continuarem neste caminho que demonstram hoje", frisou.

Também estiveram presentes os desembargadores Paulo Vélten Pereira (diretor eleito da Escola Superior da Magistratura do Maranhão – ESMAM); Vicente de Paula Gomes; Jorge Rachid (presidente do Núcleo Sócioambiental do TJMA); o promotor de Justiça do Meio Ambiente, Fernando Barreto; além de juizes, secretários, políticos, promotores de Justiça, professores e estudantes das instituições de ensino premiadas. (Assessoria)

Reforço na Comarca de São Luís

A Comarca da Ilha de São Luís recebeu o reforço de mais um juiz auxiliar de entrância final. Marcelo Elias Matos e Oka, da comarca de Colinas, foi promovido por merecimento. O magistrado compareceu à Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA), e na presença da corregedora da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, assinou o termo de exercício. A servidora Aureana Martins leu o termo de exercício durante a solenidade, que foi acompanhada pelo desembargador aposentado Raimundo Cutrim e pelos juízes Mário Márcio de Almeida Souza, titular da 1ª Vara Cível de Imperatriz; Marcia Chaves (coordenadora dos Juizados Especiais) e Gladiston Cutrim (Planejamento Estratégico da CGJ).





Giro Econômico

Aquiles Emir

aquilesemir@uol.com.br | www.aquilesemir.com.br

Concurso

Pelo menos até o final do atual governo, os fiscais agropecuários do Maranhão estão proibidos de tocar em dois assuntos: concurso público para Agência de Defesa Agropecuária (Aged) e reajuste da gratificação para alimentação. Este pelo menos é o item principal do acordo celebrado quinta-feira (16), no Tribunal de Justiça, entre o sindicato da categoria e a autarquia para encerrar a greve realizada nos três últimos meses de 2016 e em troca do silêncio os grevistas tiveram cortes de pontos abonados.

José Luiz Almeida

Desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão. Escreve para o Jornal Pequeno aos Domingos, quinzenalmente / jose.luiz.almeida@globo.com / www.joseluizalmeida.com



A besta humana se revela

No romance *A Besta Humana*, de Emile Zola, o protagonista, Jacques Lantier, vive atormentado pelo desejo de matar as mulheres com as quais se relaciona. Essa perversão, esse desejo, contido, algumas vezes, com muita dificuldade – e que constituem os momentos mais tensos e eletrizantes do livro – não são, obviamente, do conhecimento dessas pessoas.

O romance referido trata, portanto, do caso típico de pessoa – no caso um maquinista respeitado e sedutor – que se relaciona com os semelhantes com aparente normalidade, sem que estes se deem conta da sua perigosidade, sem que sequer imaginem o perigo que permeia a relação.

No filme *Dormindo com o inimigo*, protagonizado por Julia Roberts, Martin Burney é um homem de boa aparência, bem sucedido e sedutor, que a princípio parece ser o homem que Laura (personagem de Júlia Roberts) sempre quis ter. Ocorreu, entretanto, que após o casamento, ele se mostrou um marido ciumento, compulsivo e violento. A conduta de Martin atormenta a esposa a ponto de esta, determinado dia, quando velejavam durante uma tempestade, aproveitar a oportunidade para simular o seu afogamento, para, com isso, desaparecer da vida dele.

Apanho, ao acaso, as duas obras em eferência, do cinema e da literatura – ambas símbolos das minhas paixões – apenas para reafirmar aquilo que não é mais que uma obviedade, ou seja, que convivemos com pessoas muito próximas, às vezes dividindo o mesmo leito, sem que as conheçamos de fato. São verdadeiras bestas humanas – para usar o título da obra monumental de Zola – capazes de um desatino, a qualquer momento.

A outra obviedade que decorre das obras em comento é que, verdadeiramente, só conhecemos o ser humano quando convivemos mais amiúde com ele, pois não são poucos os que só revelam a sua personalidade (a besta que há dentro dele), passados longos anos de convivência.

Nos ambientes que favoreçam a reunião de pessoas diferentes tem de tudo. As bestas humanas neles habitam, se manifestando das mais variadas formas. Tem as persuasivas, as dispersivas, as arrogantes, as que se julgam donas da verdade, as que não respeitam a posição dos colegas, as que não gostam de ser contrariadas, as que se julgam superiores, as que detestam ter os seus

argumentos confrontados, situações que, de rigor, não deveriam surpreender, pois, afinal, o ser humano existe mesmo é para surpreender,

Somos assim! Paradoxalmente, da mesma forma que julgamos, precipitada e equivocadamente, quem não conhecemos, somos surpreendidos quando nos defrontamos com o verdadeiro perfil psicológico de pessoas que imaginamos conhecer muito bem. Daí por que não devemos nos iludir com as aparências, com as falsas cortesias, com os abraços que são disfarces, com o sorriso que não passa de dissimulação, com o beijo que não traduz o verdadeiro sentimento, situações que, todos haverão de concordar, permeiam a convivência do ser humano em sociedade.

A verdade é que ninguém, pelo menos ao primeiro contato, se mostra por inteiro. As circunstâncias, às vezes, nos impõem uma conduta que não retrata o que somos ou pensamos, como se pode inferir dos trechos de uma carta enviada a Deus, por Celie, protagonista do romance *A cor púrpura*, de Alice Walker, na qual ela confessa: “Todo mundo fala do tanto que eu sou boa pros filho do Sinhô. Eu sou boa pra eles. Mas eu num sinto nada por eles. Fazer carinho nas costa do Harpo num é nem como acarinhar as costa de um cãozinho. É mais como acarinhar um pedaço de madeira. Não uma árvore que vive, mas uma mesa, um guarda-roupa. De toda maneira, eles também num gostam de mim, por melhor queu seja.”

O ser humano – tento, aqui e agora, refletir sobre a questão, sem nenhum conhecimento teórico, à luz apenas da minha experiência de vida e profissional, quer como promotor de justiça, quer como magistrado – não cansa mesmo de surpreender. Por isso, tenho dito que ele pode ser, ao mesmo tempo, o pior e/ou o melhor animal sobre a terra, em face mesmo de sua capacidade de dissimular, de escamotear, de fingir, de apunhalar o igual pelas costas, de abraçar, beijar, ainda que o seu desejo mesmo seja de escarrar no rosto de quem eleger como desafeto. Nenhum outro animal é capaz de agir assim. Há sempre no recôndito da alma de alguém algo desconhecido, um lugarzinho impenetrável, imperturbável que guarda só pra si, até o dia em que aflora, de súbito, surpreendendo as pessoas que estão em seu entorno, revelando, por inteiro, a besta humana que sempre foi.

Desembargador manda suspender leilão que levaria empresário a perder posto de gasolina

AQUILES EMIR

O desembargador Jamil Gedeon concedeu nesta sexta-feira (17) liminar em favor do empresário José Henrique Nicolau, que estava ameaçado de perder um posto de combustíveis, o Santa Luzia VI, em Miranda do Norte, caso fosse realizado, nesta segunda-feira (20), o leilão para cobrir o pagamento de honorários advocatícios numa ação que envolve a Construtora Alcântara, da qual foi sócio, no extinto banco Sudameris (hoje Santander), cuja questão teve seu desenrolar judicial ocorrido de maneira intrigante.

O bem que seria leiloado, incluindo terreno, posto e um centro comercial, é avaliado pelo seu proprietário em R\$ 40 milhões, mas por um levantamento da Caixa Econômica Federal valeria cerca de R\$ 4,8 milhões. O que chama atenção neste caso, porém, é o seu histórico, pois foi dado por encerrado em 2015, por R\$ 50 mil, o que não contentou o advogado Pedro Américo Dias Vieira, que iniciou a ação, mas depois foi destituído de representante da instituição financeira, e ainda assim cobra honorários milionários.

Acompanhe o intrigado histórico desta questão:

- Em 1999, o extinto Banco Sudameris promoveu ação de execução (nº 2998/1999) na 6ª Vara Cível da Capital, cobrando uma dívida, em valores atualizados, de R\$ 102,4 mil da Construtora Alcântara, pelo não pagamento das últimas parcelas de um financiamento que contrataram.
- Citada para pagar ou garantir a dívida, a construtora deu em garantia terrenos de sua propriedade no bairro São Raimundo, em São Luís, tendo sido lavrada penhora sobre os mesmos.
- Ocorre que uma decisão judicial determinou que a construtora apresentasse memorial descritivo dos terrenos dados em garantia, sob pena de multa diária de R\$ 2 mil, porém a intimação nunca foi expedida,

ou seja, por não ter sido notificada a devedora não apresentou as planilhas.

- Em 2008, o Sudameris protocolou nos autos do processo que o advogado Pedro Américo estava desconstituído de todas as suas causas, inclusive da execução da Alcântara, mas este, em seguida, requereu ao juízo que arbitrasse em seu favor os honorários, que foram fixados em 15% do valor da causa.
- Seis anos depois, em março de 2014, o juiz Wilson Manoel decidiu como inválido o substabelecimento que conferiu poderes a Pedro Américo, apesar do reconhecimento ter sido ignorado na sequência dos autos, pois o advogado continuou atuando na causa como se legitimado ainda fosse.
- Ainda em 2014, Henrique Nicolau, sócio da Alcântara até 1996, recebeu intimação para que um imóvel de sua propriedade (o Posto Luzia VI) fosse bloqueado para pagar Pedro Américo, fato que lhe causou estranheza, pois já havia saído da sociedade da construtora, que foi assumida integralmente pelos ex-sócio Gilberto Moucherek, e a empresa possui bens próprios.
- José Henrique acionou o advogado Francisco Coelho para representá-lo na questão, e este percebeu a ausência de intimação sobre a penhora dos bens dados em garantia pela construtora, e pediu a nulidade da decisão do juiz Wilson Manoel.
- No desenrolar do processo, o Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios não Padronizado (PCG-Brasil) adquiriu, do Banco Santander (sucessor do Sudameris), a dívida objeto da execução e firmou acordo para ser liquidada por R\$ 50 mil, o que foi aceito e a homologação foi requerida na 6ª Vara Cível, por José Henrique em 03 de setembro de 2015.
- Não concordando com o desfecho, Pedro Américo interpôs agravo de instrumento, e coube ao

desembargador Jorge Rachid Maluf cassar a decisão do juiz.

- Mesmo tendo sido arbitrados em seu favor honorários correspondentes a 15% do valor da causa, resumida a R\$ 50 mil, o advogado Pedro Américo reivindicou, com base em cálculos próprios, R\$ 1,5 milhão por sua atuação no processo desde 2004, apesar de destituído em 2008.
- Vale ressaltar que em 2009 o juiz da 6ª Vara Cível reconheceu a execução no valor de R\$ 517,4 mil, sobre o qual deveriam incidir os 15% do advogado, ou seja, R\$ 77,6 mil, que numa atualização para a data atual, seriam R\$ 199,3 mil.
- Por conta da decisão do desembargador Jorge Rachid, que cassou a decisão do juiz da 6ª Vara Cível, a execução dos honorários de Pedro Américo teve prosseguimento, e assim o posto foi penhorado e será levado a leilão. O imóvel tem um valor de mercado em torno de R\$ 40 milhões, mas nos cálculos da Caixa, R\$ 2,8 milhões, e no edital do leilão consta como valor da dívida R\$ 454,5 mil.
- Temendo ter seu bem arrematado, por R\$ 4,850 milhões, José Henrique depositou em juízo, em novembro do ano passado, os R\$ 454,5 mil, e no dia seguinte do pedido de suspensão, o juiz Wilson Manoel mandou cancelá-lo, e indagou o advogado Pedro Américo se estava de acordo com os 15% dos R\$ 454.571,45. Este, no entanto, pediu para acrescentar mais R\$ 1 milhão nos seus honorários.
- Vale destacar ainda que em novo recurso de José Henrique, após levantamento dos R\$ 454,5 mil, o desembargador Jorge Hachid deu-se por impedido no processo, caindo o recurso nas mãos da desembargadora Ângela Salazar, que também se deu por impedida; foi para o desembargador Kleber Costa Carvalho, outro que se considerou impedido, e agora está agora com Jamil Gedeon, que concedeu a liminar suspendendo o leilão.



